



Abertura do 9º CSHS – Discurso de Rosana Onocko Campos

Emancipação e saúde: decolonialidade, reparação e (re)construção crítica

Boa tarde, Abrasco!!! É com imensa alegria que abrimos hoje nosso nono Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde, cujo título: *Emancipação e saúde: decolonialidade, reparação e (re)construção crítica* já nos promete importantes reflexões.

Antes que nada, quero agradecer o trabalho dedicado e delicado de todas as pessoas que fizeram possível chegarmos até aqui: na pessoa do Thiago a Secretária Executiva da Abrasco e todos nossos funcionários, na pessoa da querida Monica Nunes a toda a comissão científica (cujo trabalho foi árduo) e na pessoa da Keila a competente comissão local. Todos e cada um foram fundamentais para chegar até este momento de abertura.

Há anos que nós, sanitaristas, ensinamos nas nossas graduações, residências e pós-graduações e repetimos - quase como um mantra - que a Saúde Coletiva nasceu do encontro da saúde pública com as ciências sociais. Esse namoro das duas deu bastante certo e dele nasceu este nosso rebente que tem já mais de 40 anos.

Mas, eu - como psicanalista - sei que toda saga familiar se conta sempre meio epicamente e nela se escondem alguns problemas e segredos. Quem era a tal saúde pública que se juntou com a tal de ciências sociais e humanas? Ou era com as Ciências Sociais e com as Ciências Humanas então já era um trio em um típico caso de poli amor?

No nosso cotidiano, tendemos a achar que as ideias crescem sozinhas, num impulso criativo, quase como cogumelos depois da chuva. Mas, as lentes teóricas por meio das quais pensamos são sempre relevantes. E elas de certa maneira formatam o que somos capazes de pensar, de interrogar e de propor.

Nos anos setenta, quando a saúde coletiva era um bebezinho recém-nascido, as correntes marxistas de cunho estrutural eram muito difundidas. A elas devemos uma importante contribuição nos estudos sobre desigualdades, as determinações estruturais em uma capilaridade que influenciou inclusive a epidemiologia social da época. Essa



predominância se deu em tempos de muitas lutas e participação em busca da retomada democrática, o que talvez explique seu valor de uso em termos sociais.

Essa corrente teórica foi sendo deslocada pouco a pouco para o campo da política e gradualmente a sociologia funcionalista e as abordagens compreensivas foram ganhando preeminência ao longo dos anos noventa e dois mil. Abordagens antropológicas estiveram sempre presentes, mas creio não errar muito ao afirmar que nunca foram hegemônicas.

Essas tendências nuclearam muitos de nossos maiores pesquisadores e grandes nomes do campo. A elas devemos as importantes contribuições metodológicas que qualificaram o campo. Todas as áreas da Saúde Coletiva nos beneficiamos dessa qualificação teórico-metodológica.

As abordagens compreensivas contribuíram para aprofundar o deslocamento das questões macroestruturais para as temáticas do sujeito, contudo, para a Saúde Coletiva, o sujeito continuou sendo predominantemente um sujeito racional, cultural, social, mas raramente compreendido como portador de um inconsciente e que muitas vezes não sabe exatamente o que faz nem porque faz. Tirando as correntes auto denominadas pós estruturalistas no início deste século, o tema dos afetos – tão importantes na vida de todos nós!- não teve muito repertório categorial para ser pensado em nosso campo.

Assim, o ressurgimento reacionário, misógino e autoritário que nos acometeu em 2016 quase que nos tomou de surpresa. Os últimos anos foram de um governo de ódio e necropolítica.

A nossa querida Abrasco honrou sua história, honrou nossos fundadores e batalhou, se engajou, denunciou, e combateu o genocídio do povo Brasileiro. Ainda estamos sustentando algumas dessas causas, inclusive no campo legal, e esperamos que essas atrocidades sejam condenadas.

Reparação e reconstrução crítica não acontecerão se o pano de fundo for o da impunidade e o da perda da memória.

A sociedade brasileira continua sendo uma sociedade segregada. As classes abastadas nada sabem da realidade de vida dos setores populares e da vida nas comunidades mais pobres do país. A não ser pelos relatos pontuais e fragmentados de seus próprios funcionários. Os jovens da periferia vivem espremidos entre a violência policial e escolar.

Sendo os meninos negros os mais massacrados. Em muitas escolas se perpetra violência racista e de gênero e assim – lamentavelmente – se reproduz essa espantosa desigualdade social. O transporte e os equipamentos públicos são extremamente hostis na maioria das grandes cidades brasileiras. A política pública se apresenta às classes populares impondo submissão e humilhação (vide testes de sobrevivência do INSS, papeladas infinitas para acessar aos direitos estabelecidos por lei etc.)

A mudança de uma sociedade segregada para uma sociedade tolerante à diferença e razoavelmente integrada não se dará “naturalmente”. Muito esforço concreto deverá ser empreendido pelas políticas públicas para a superação deste status quo. A saúde coletiva brasileira está comprometida com essa causa.

Homi Bhabha (2013) no seu livro *“O lugar da cultura”* destaca que na contemporaneidade só é possível pensar a mudança política a partir de um momento híbrido, que enfatiza a necessidade de heterogeneidade e de negociações agonísticas, porque não existe uma comunidade homogênea que possa afrontar a necessidade de articulação de interesses de grupos distintos.

Na atualidade, os agentes de mudança política encontram-se divididos, presos a identidades e interesses conflitantes o que dificulta a construção de hegemonia. Para Bhabha, o trabalho da hegemonia é ele mesmo um processo de repetição e - ao mesmo tempo - de diferenciação. Ele aponta a necessidade de recusar a lógica essencialista que traduz a teoria em representação de maneira mimética. Em contrapartida, nos desafia a pensarmos uma outra lógica: a da presença paralela e parcial – metonímica – do antagonismo. Ele destaca que:

“A cultura só emerge como problema, ou uma problemática, no ponto em que há uma perda de significado na contestação e articulação cotidiana entre classes, gêneros, raças, nações” (Bhabha, 2013: 69).

Por isso, esse autor insiste em nos propor o conceito de diferença cultural e não meramente o de diversidade cultural. A diferença seria um processo de significação através do qual afirmações produzem campos de força, referências, aplicabilidades e capacidades. O que destaca que não se trata de conteúdos e costumes culturais pré-dados que se manteriam em relação (na diversidade cultural) porém intocados. Para esse autor, o conceito de diferença cultural permitiria concentrar-se no problema da ambivalência da



autoridade cultural que opera uma tentativa de dominação cultural em nome de uma supremacia supostamente dada, quando na verdade essa supremacia, para ele, é constituída no próprio momento da diferenciação.

Os equipamentos das políticas públicas deveriam ser amplamente reformados para evitar a tentativa neocolonial de produzir identidades homogêneas.

Longe de ser um problema para o caminho progressista (como as leem alguns setores da esquerda) as reivindicações identitárias poderiam ser, assim, o caminho metonímico da mudança social.

Assim como a linguística ensina que a metonímia opera por proximidade, para seguir essas ideias de Bhabha precisaremos ir aonde o povo está. A transformação e integração social só se darão por contato e proximidade. A porosidade social que o Brasil precisa só poderá ser atingida por meio de equipamentos públicos: escolas de tempo integral e cheias de atividades culturais que permitissem a legítima afirmação das diferenças culturais. Eliminação dos obstáculos de acesso aos direitos sociais, estratégia necessária para o restabelecimento de espaços de dignidade (dos nomes, dos corpos), para a recuperação das histórias passadas e recentes dos inúmeros extermínios vividos pelo povo brasileiro (Onocko-Campos, 2018b). Reparação que deveria passar por uma ampla reforma judiciária que parasse de encarcerar a juventude preta e periférica.

Nenhuma destas mudanças que propomos é utópica, impossível ou não cabe no orçamento brasileiro. Cabe a todos nós trabalharmos pela sua implementação.

Que este Congresso que hoje iniciamos nos permita começar a furar os muros da segregação. Que sejam as ciências sociais e humanas em saúde o carro chefe dessa transformação social.

Quero concluir estas palavras lendo um breve trecho do Ítalo Calvino, 2002, em seu belo livro “As cidades Invisíveis”:

O inferno dos vivos não é algo por vir; tem um, o que já existe aqui, o inferno que habitamos todos os dias, que formamos estando juntos. Há duas maneiras de não sofrê-lo. A primeira é fácil para muitos: aceitar o inferno e tornar-se parte dele até o ponto de deixar de enxergá-lo. A segunda é de risco e exige atenção e aprendizagem contínuos: buscar e saber quem e que, em meio ao inferno, não é inferno, e fazer que dure e dar-lhe espaço.



Que sejamos capazes!